



MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FEDERAL	ANO	ESTADUAL
<u>Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980</u> (Lei dos Estrangeiros) Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, (disciplina vistos para estrangeiros em viagem cultural ou em missão de estudos)	1980	
<u>Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990</u> Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.	1990	
<u>Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990</u> Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências, (concede isenção de impostos às Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação -ICTs)	1990	
<u>Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</u> Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	1993	
<u>Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994</u> Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.	1994	
<u>Lei nº 9.727, de 14/05/1996</u> Regula Direitos e Obrigações Relativos à Propriedade Industrial	1996	
<u>Lei nº 9.279, de 15/06/1996</u> (Lei de Propriedade Industrial) Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	1996	
<u>Decreto nº 2.553, de 16/04/1998</u> Regulamenta os arts. 75 e 88 a 93 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	1998	
<u>Lei nº 9.610, de 04/09/1998</u> (Lei de Direitos Autorais) Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.	1999	
<u>Decreto nº 3.201, de 06/10/1999</u> Dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.	1999	
<u>Lei nº 10.196, de 14/02/2001</u> Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	2001	
<u>Decreto nº 4.533, de 19/12/2002</u> Dá nova redação aos arts. 1º, 2º, 5º, 9º e 10 e do Decreto nº 3.201, de 6 de outubro de 1999, que dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei nº 9.279, de 14/05/1996	2002	
<u>Lei nº 10.973, de 02/12/2004</u> Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.	2004	
<u>Decreto nº 5.563, de 11/10/2005</u> Regulamenta a Lei nº 10.973, de 02/12/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.	2005	
<u>Lei nº 11.196, de 21/11/2005</u> Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPEs, Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital.	2006	
<u>Decreto nº 5.798, de 07/06/2006</u> (Lei do Bem) Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005.	2006	
<u>Lei nº 12.091, de 12.091 de 11/11/2009</u> Acrescenta inciso VII ao § 2º do art. 81 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o nome dos dubladores nos créditos das obras audiovisuais	2009	
<u>Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011</u> Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC	2011	
<u>Decreto nº 7.646, de 21/12/2011</u> Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, e dá outras providências.	2012	
<u>Portaria Interministerial, nº 662, de 14/9/2012</u> Estabelece as prioridades da política industrial e tecnológica nacional, para promover e incentivar o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e em entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltados para atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento.	2013	
<u>Portaria Interministerial, nº 666, de 2/10/2012</u> Institui parceria entre os Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação para cooperação técnica na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em áreas de interesse da saúde humana, por intermédio da integração da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e constitui Comissão Técnica Interministerial	2014	
<u>Portaria MCTI nº 868, de 21/11/2012</u> Estabelece os requisitos para a aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários nas áreas de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e os procedimentos para o acompanhamento de sua implementação, para efeitos do Decreto nº 7.603, de 09/11/2011	2015	
<u>Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012</u> Dispõe sobre (...) o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	2016	
<u>Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016</u> Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera as legislações relacionadas.	2017	
<u>Portaria nº 254, de 13/01/2017</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2018	
<u>Instrução Normativa nº 70, de 11/04/2017</u> Estabelece o procedimento administrativo de averbação de licenças e cessões de direitos de propriedade industrial e de registro de contratos de transferência de tecnologia e de franquia, na forma da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.	2019	
<u>Portaria nº 2.544, de 12/05/2017</u> Institui o Conselho Consultivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2020	
<u>Portaria nº 3.008, de 1º/06/2017</u> Estabelece arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica –NIT– e suas respectivas Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais Integrantes	2021	
<u>Portaria nº 4.349, de 03/08/2017</u> Dispõe sobre os procedimentos para a prestação de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), sobre os seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, bem como para a análise dessas informações, e para o oferecimento de contestação e recurso ao resultado da referida análise.	2022	
<u>Portaria nº 4.462, de 12/01/2017</u> Documento elaborado pela equipe técnica do Centro de Documentação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.	2023	
<u>Última atualização: agosto/2017</u>		

Documento elaborado pela equipe técnica do Centro de Documentação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Última atualização: agosto/2017